

Áreas verdes sob risco do adensamento

Estudo de parques da capital revela impacto danoso de grandes construções ao redor e desvios de lençóis freáticos

CATHERINE MORAES

Lagos em processo de secamento, prédios muito altos ao redor de parques, necessidade de um plano de drenagem e o cumprimento da área de adensamento. Estas foram as principais constatações do relatório de inspeção nos parques urbanos de Goiânia, apresentado na tarde de ontem pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás (CAU), no auditório da Agência Municipal do Meio Ambiente (Amma). Segundo o levantamento, muitos parques estão sendo sufocados pelos empreendimentos imobiliários e a água que passa por baixo deles está sendo desviada, de forma incorreta, para as galerias pluviais.

Conforme o estudo do conselho, os problemas são muitos e levam à certeza de que medidas precisam ser tomadas imediatamente. Caso contrário, os danos ao meio ambiente podem se tornar irreversíveis.

Isto porque, segundo relatório, “os seis planos diretores elaborados ao longo de oito décadas aliados a projetos pontuais de preservação das áreas verdes da capital, não foram suficientes para garantir a integridade e a preservação integral dos ambientes que hoje estão instituídos como parques urbanos. No caso dos parques implantados mais recentemente, o maior problema continua sendo a prática das intervenções não planejadas por parte do poder público e a falta de um planejamento ambiental cuidadoso, requerido neste tipo de projeto.

A pesquisa abrangeu sete parques: Flamboyant, Areião, Vaca Brava, Lago das Rosas, Bosque dos Buritis, Jardim Botânico e Cascavel. O documento alerta, entretanto, para o fato de que nem todos os parques possuem projeto de implantação e manejo aprovados. Durante o levantamento não foram identificados projetos de implantação para o Jardim Botânico e Parque



Parque Flamboyant é citado como exemplo de como prédios em volta comprometem abastecimento de água do lago central

Cascavel, nem planos de manejo para o Lago das Rosas e o Parque Cascavel.

De acordo com o presidente do CAU, John Silveira, os parques estão se transformando em mercado de venda para construtoras. Segundo ele, exemplos como o Parque Flamboyant comprovam a

tese. “Não podemos ficar reféns do investimento privado de construtoras. O que ocorre é o oposto do indicado. Os prédios ao redor de parques deveriam começar em estatutas menores e aumentar de tamanho conforme o distanciamento. Hoje, temos prédios cada vez maiores e com

diversos problemas agrupados”, completa.

Para Isabel Pastore, gerente técnica do CAU, responsável pela elaboração do relatório, algumas situações precisam ser amplamente revistas. “No Parque Flamboyant, já foi feito um desvio para que um dos lagos ainda tenha água. Com

a ausência de uma drenagem adequada por parte dos prédios, os problemas estão surgindo. Este é apenas um exemplo que pode se repetir em outros locais. Com a pavimentação em excesso também temos uma infiltração muito menor e isso prejudica o lençol freático”, explica.

Aspectos diversos foram analisados

Na pesquisa foram analisados aspectos históricos, o público frequentador, a estrutura e os equipamentos instalados, aspectos paisagísticos e ambientais, dentre outros critérios. Além das observações técnicas, foram realizadas análises das águas dos lagos contidos nos parques pela Aqualit Tecnologia em Saneamento S/S LTDA, empresa especializada na área.

Como fonte de pesquisa analisou-se Projetos de Implantação e os Planos de Manejo dos Parques, estudados que foram cedidos pela Amma, além dos dados dos processos de denúncia disponibilizados pela Delegacia do Meio Ambiente (Dema).

O objetivo era construir um documento técnico que pudesse subsidiar a discussão de propostas de intervenção para a melhoria das condições de cada parque, tanto no que se refere aos aspectos ambientais, quanto na integração deles com o ambiente urbano onde estão inseridos.

Vandalismo

Outra reclamação do presidente da Amma, verificada também na pesquisa, trata-se do vandalismo praticado em tais áreas. Pedro Wilson exemplifica a inauguração do Parque Itaipu quando já haviam bancos quebrados. “No total, temos 31 parques e projetos para

construção de outros em áreas mais periféricas, mas sofremos, infelizmente, com o vandalismo”, lamenta.

Poluição e animais

No parque Vaca Brava foi detectada a situação mais severa de poluição direta do manancial, por resíduos sólidos e esgoto primário visível na entrada do Goiânia Shopping, onde a água do córrego volta a ser corrente. Quanto às condições dos animais que habitam o parque foi relatado que os mesmos sofrem com o assédio das crianças e a alimentação indevida oferecida pelos passantes. O caso mais grave encontrado é o do Parque Areião, onde os macacos são

alimentados pelos visitantes e existem registros de morte de animais por ingestão de alimentos inadequados.

No Lago das Rosas, onde funciona o Zoológico de Goiânia, a estrutura que abriga os animais é insalubre e inadequada. Nos últimos anos, uma grande quantidade de animais morreu e inúmeras denúncias foram realizadas no Ministério Público do Estado de Goiás. O Zoológico ficou temporariamente interditado, passou por reformas e está novamente aberto à visitação pública, mas sua estrutura física ainda está muito distante do recomendado à saúde dos animais, conclui o relatório.

Lençóis freáticos lesados por empreendimentos

O presidente da Amma, Pedro Wilson, presente na exposição do estudo, explica que, ao construir um empreendimento, as construtoras acabam encontrando o lençol freático em pontos distintos. Neste momento, deveriam desviar o curso bombeando a água para outra curva do lençol. O que ocorre, entretanto, é que muitas desviam o curso em direção à rede pluvial, o que acaba causando consequências danosas, tanto à rede pluvial, que se satura, quanto à fontes de abastecimento que dependiam de tal lençol freático.

Também se constata que outras construtoras deixam com que a água se acumule,

podendo, futuramente, danificar as construções. A ideia, portanto, é criar um Plano de Drenagem em Goiânia e prevenir novos equívocos, garantindo fiscalização, multa e até mesmo embargo de obras. “Este plano não é obrigatório no País, mas mesmo assim queremos elaborar. Estamos contatando a PUC-GO, a UFG e o IFG para fechar parcerias na produção deste estudo. Goiânia é uma cidade quase que completamente impermeabilizada, desde quintais até bosques. Quando chove, percebemos rapidamente que temos problemas em áreas mais planas, como o Centro”, afirmou Pedro Wilson.